



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## A ESCOLA TÉCNICA ATUAL E O DESAFIO DO CONHECIMENTO INTEGRADO

Ione dos Santos Rocha\*  
(UESB)

José Rubens Mascarenhas de Almeida\*\*  
(UESB)

### RESUMO

As escolas técnicas no Brasil tem importância considerável na história da educação pública, desde a implantação da primeira escola de “aprendizes artífices” no ano de 1909, até a atualidade. A implantação/distribuição dessas escolas representa um instrumento político de promoção de demandas econômicas, grandes questões se observam no percurso histórico dessas instituições: o paradigma desenvolvimentista/tecnicista imposto pelo Estado, abertura aos interesses privados (industriais) no currículo e no tipo de formação oferecida, e a resistência e mobilização histórica em torno de uma legislação e concepção de educação que façam cumprir a função social da escola são exemplos de contradições que permearam o funcionamento das escolas técnicas. O surgimento da ideia de politecnia, que corresponde uma concepção de educação mais ampla é o desafio dos cursos técnicos integrados em vigor nas escolas atuais, uma educação que possibilite a formação geral aliada à apropriação do conhecimento técnico da tecnologia, como construção de uma formação diferenciada na educação básica que supere a dualidade do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino integrado. Produção do conhecimento. Politecnia.

---

\*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB); professora de Geografia do Instituto Federal da Bahia (IFBA) - Campus Vitória da Conquista; compõe o Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas de Classes (GEILC/MP). E-mail: ioneroscha@yahoo.com.br.

\*\* Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista (PPGMLS/UESB); coordenador do GEILC/Museu Pedagógico da UESB e pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## INTRODUÇÃO

Os últimos dez anos da história do Brasil registram uma mudança nas políticas educacionais que incluem a difusão do ensino técnico e superior. Tal difusão se dá no entrelaçamento dos ditames político-econômicos do “esforço” pelo “desenvolvimento” tecnológico com vistas ao crescimento econômico do país. Nesse panorama se encontra a rede de escolas técnicas do Brasil que, em 2013, completa 104 anos, e é pioneira no ensino público com a oferta de cursos técnico-profissionalizantes.

De acordo com informações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (2011), no ano de 1909 Informações do histórico do Instituto Federal da Bahia indicam que essas escolas, os antigos Liceus eram “voltadas prioritariamente à educação das classes mais pobres” (IFBA, 2013). Constata-se com isso uma reprodução da sociedade de classes, e não obstante, as escolas técnicas entram de forma social e territorial seletiva de maneira que são implantados primeiramente em torno da chamada “região geoeconômica concentrada” (SANTOS, 1979) e só recentemente, a partir da década de 1990, quando se verifica o processo de desconcentração urbano-industrial é que a rede das escolas técnicas se amplia para as cidades médias e regiões metropolitanas das demais regiões do Brasil.

Na atualidade, os Institutos Federais vivenciam a contradição que agora parece ampliada, pois não se trata apenas do paradigma tecnicista amplamente combatido no passado: as escolas técnicas atuais reúnem em sua proposta político-pedagógica não apenas a “formação” técnica, mas incorporam o ensino médio integrado ao técnico sob a “missão” de formar “cidadão histórico-crítico” (IFBA, 2013). É nesse quadro que surge nossa preocupação quanto a formação e quanto à contribuição que o ensino de Geografia que agora está presente nessas escolas pode oferecer no sentido de que esses alunos não sejam apenas possibilidades de mão de obra para o mercado.

A implantação da rede de escolas técnicas no Brasil iniciou-se com as escolas de aprendizes artífices criadas pelo Decreto Federal 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, em 23 de Setembro de 1909. Conforme informações do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2013): “Em 1937, foram criados os Liceus Profissionais, em 1949, as Escolas Industriais e Técnicas e, 10 anos depois, as Escolas Técnicas.” Segundo a mesma fonte, na década de 1970, em face do processo de industrialização e urbanização, as então escolas técnicas passam a se chamar Centros Federais Tecnológicos na busca de melhor se adequarem as demandas do contexto econômico. O quadro a seguir mostra o processo de implantação de Escolas técnicas de 1909 a 2012:

**Quadro 1. Implantação de escolas técnicas no Brasil**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES</b>	<b>VINCULAÇÃO ÀS UNIVERSIDADES</b>
Nilo Peçanha	1909 a 1910	21	1 Escola Vinculada à UFRGS
Hermes da Fonseca	1910 a 1914	1	
Wenceslau Braz	1914 a 1918	1	
Delfim Moreira	1918 a 1919	1	
Epitácio Pessoa	1919 a 1922	1	
Arthur Bernardes	1922 - 1926	2	1 Escola Vinculada à UFPel
Getúlio Vargas	1930 - 1945 e 1951 - 1954	14	5 Escolas vinculadas às Universidades Federais UFPB, UFF, UFRPE, UFV E UFRJ
Gaspar Dutra	1946 - 1951	11	2 Escolas Vinculadas às Universidades Federais UFMG, UFRN
Café Filho	1954 - 1955	4	3 Escolas Vinculadas às Universidades Federais UFPI, UFSC, UFRN
Juscelino Kubitschek	1956 - 1961	4	1 Escola Vinculada à Universidade Federal UFSM
João Goulart	1961 - 1964	6	2 Escolas Vinculadas às Universidades Federais UFRN E UFPA
Castelo Branco	1964 - 1967	4	2 Escolas Vinculadas às Universidades Federais UFMG E UFSM
Costa e Silva	1967 - 1969	9	4 Escolas Vinculadas às



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

			Universidades Federais UFMA, UFPI, UFSM E UFMG
Emílio Garrastazu Médici	1969 - 1974	3	3 Escolas Vinculadas às Universidades Federais UFF, UFU e UFPB
Ernesto Geisel	1974 - 1979	1	1 Escola Vinculada à Universidade Federal UFPI
João Batista Figueiredo	1979 - 1985	2	1 Escola Vinculada à Universidade Federal UFCG
José Sarney	1985 - 1990	13	2 Escolas Vinculadas às Universidades Federais UFRR e UFTM
Fernando Collor de Mello	1990 - 1992	3	
Itamar Franco	1992 - 1995	27	1 Escola Vinculada à UFPA
Fernando Henrique Cardoso	1995 - 2003	11	
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 - 2010	240	
Dilma Rousseff	2010 - 2014	208*	1 Instituto Vinculado à UFOBA

Fonte: Ministério da Educação (<<http://blog.planalto.gov.br>> Acesso em Abril de 2013).

Organização: Ione Rocha

Há com base nos dados do quadro uma relação entre o estabelecimento de políticas de desenvolvimento econômico e a expansão da rede de escolas técnicas no Brasil. A partir da década de 1930 até o fim dos anos 1960, verifica-se uma intensa atividade no sentido de implantar novas escolas vinculadas às universidades. O período após 1964, e o golpe militar marca certa diminuição no número de escolas técnicas implantadas, mas não a sua abolição.

Apesar de a maioria das escolas técnicas implantadas desde o decreto de Nilo Peçanha estar vinculadas às universidades, e isso estar diretamente ligado à efetiva relação entre a ciência e a técnica, a implantação das escolas técnicas que continuou (ainda que em menor quantidade) nos anos entre 1964 e 1985, denota a dissimulação de um Estado que “ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituía instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional” (FERREIRA JR., 2010 p. 98). Essa intenção “desenvolvimentista” se torna muito mais problemática no contexto da educação brasileira e da “racionalidade” técnica proposta pelos governos militares, em um cenário de periferia do capitalismo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Ferreira Jr. (2010) afirma que a já referida “racionalidade” técnica marcam efetivamente a consolidação de uma sociedade urbano-industrial, cuja tecnocracia fazia total sentido ao Estado ditatorial e desenvolvimentista com uma forte vinculação da educação às pretensões econômicas. Entretanto, além do fracasso lógico dessa submissão da escola aos ditames econômicos, a dinâmica demográfica experimentada dos anos 1950 a 1990 acentuou as estatísticas de pobreza no Brasil. O número altíssimo de analfabetos verificado nesse período aparece como resultado da precariedade do sistema educacional brasileiro e do êxodo rural com negação do acesso à educação às populações do campo, cujo papel de mão-de-obra não requeria grande grau de especialização e oportunamente tal sujeição contribuía para a manutenção do latifúndio e suas mazelas. Diante desse quadro, a escola técnica tendia a fracassar. Assim o governo Médici implanta os sistemas de alfabetização (MOBRAL) como tentativa de amenizar esse equívoco político, e de suprimir as formas de resistência ao modelo educacional da ditadura já anteriormente propostas pela pedagogia/método Paulo Freire no início da década de 1960.

Os equívocos constatados nos governos militares, não bastaram para o ideário desenvolvimentista. O final da década de 1980 foi marcado pela “tecnicização”/profissionalização do curso de 2º. Grau, o atual ensino médio. É bastante claro que no curso de uma “década perdida” em meio a tantas crises, a transição para a “democracia” e as mazelas herdadas do período militar da história do Brasil, o discurso da formação técnica ajudava o Estado brasileiro a dividir com os trabalhadores a responsabilidade sobre as situações de exclusão e desemprego nas quais o país se encontrava. É válido acrescentar que já nos anos 1920, era o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que se responsabilizava pelas escolas técnicas, por meio de convênios com os setores produtivos (estabelecimentos de ensino ou não cf. CUNHA, 2000).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O fim da década de 1980 já anunciava a “malvadez neoliberal” (FREIRE, 1996) pairando sobre o Estado brasileiro. A “Cefetização” das escolas técnicas efetivada pela lei 6.545/ 1978 transformou primeiramente as escolas técnicas do estado do Rio de Janeiro em CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), tendo como principais objetivos a separação entre essas escolas e a Universidade com vistas a oferta de cursos superiores de base tecnológica, e no atendimento às demandas de mercado tanto na oferta de cursos técnicos quanto na oferta de cursos superiores (CUNHA, 2000).

Entre os objetivos da Lei, 6.545/ 1978 especificados pelo decreto 87.310/ 1982, estão “oferecimento do ensino superior em continuidade ao ensino técnico do de 2º. Grau, diferenciado do sistema universitário” e “a ênfase na formação especializada, levando em conta as tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento do país”. (CUNHA, 2000, p. 209). O autor aponta que o caráter tomado pelos CEFETs, é o de reprodução ampliada da dualidade da educação.

No final da década de 1980, por ocasião da reforma constitucional já se encaminhava uma discussão sobre as diretrizes e bases da educação determinadas pela lei n.º 4.024, de 1961, sobretudo formando a corrente “estatista” que defendia que o Estado deveria zelar pela autonomia dos sistemas de ensino, e defendendo o papel político-pedagógico da escola. A LDB nº 9.394/ 1996, manteve em seu texto muito do princípio desenvolvimentista, entretanto define melhor o papel da escola, o perfil do profissional de educação, e a possibilidade de elaborar o seu projeto político-pedagógico, ainda que submetidas ao estabelecimento de diretrizes nacionais limitantes.

Tanto a lei de 1961, quanto a Lei de 1996, prevêm o ensino técnico em diversos níveis incluindo o ensino médio/2.º grau. No ano de 1997 o decreto federal n.º 2.208, vem corroborar a adoção do ensino técnico como “transição entre a escola e o mundo do trabalho. de forma separada, eliminando a formação técnica do nível médio do ensino.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Frigotto et al (2005) constata com isso “a regressão social e educacional sob a égide do ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e do dualismo na educação”. Sem dúvidas, o decreto n.º 2.208/ 1997 ao permitir a formação técnica separada mente e após o ensino médio, legitima o restrito acesso da população e pobres à universidade, uma vez que o estudante pobre precisa se inserir no mundo do trabalho ainda no decorrer da formação básica.

É com o decreto 5.154/ 2004, que se retoma o ensino técnico integrado ao ensino médio nas escolas da rede federal. O decreto cujo texto exige “assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas” marca um passo inicial da importante discussão da escola técnica e sua função social, bem como da desapropriação da tecnologia e da educação tecnológica dos discursos e instituições “burguesas”.

Esse modelo escolar e seu histórico estabelecimento em todo o território nacional tiveram fundamental atrelamento político-econômico de afirmação da lógica de mercado. A influência do Banco Mundial, sobre o Estado Brasileiro, especialmente na década de 1990, deu força ao desmonte da educação básica, cuja própria lei de base apresenta sérias lacunas propositalmente deixadas, criadas ou manipuladas em detrimento das mobilizações das “forças historicamente comprometidas com mudanças mais profundas em nossa sociedade” (FRIGOTTO et al, 2005, p. 52). Desde o ano de 1990, e de 1993 a 1996, conferências específicas para “avaliar” a educação dos países subdesenvolvidos em face da realidade “globalizada” que então se desvendava. Frigotto (2003) afirma que “A educação seria o instrumento fundamental para desenvolver nos indivíduos a capacidade de responder a esses desafios, particularmente a educação média” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003 p. 99).

O decreto n.º 2.208/ 1997 nos parece uma séria conseqüência disso com forte abertura neoliberal, pois ao permitir a “formação geral” separada da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

formação técnica temos uma educação básica a mercê da generalização e da precarização, e uma educação de nível técnico como parte separada, e exposta às demandas do capital tanto como proposta de ensino quanto como empreendimento de caráter privado (Como exemplo o Sistema S<sup>58</sup>). Esse decreto ainda permitia que as empresas (o mercado) interferissem no direcionamento da oferta de cursos técnicos, e na estrutura curricular dos mesmos.

A interferência do capital nos sistemas educacionais, segundo FERRETTI (2004) se assenta em quatro pilares de argumentação: 1- as transformações econômicas e a elevação da sofisticação tecnológica de caráter global; 2) A análise comparativa feita pelo empresariado brasileiro sobre a educação pública, que constatou a precariedade de condições (perversa e desproporcionalmente) comparada às denominadas potências econômicas; 3) A proposta de universalização do ensino básico que inclui o ensino médio; 4) A participação do empresariado na gestão dos sistemas educacionais, admitindo que o governo é quem poderia melhor “cuidar” (no sentido de prover custos) das escolas, e as empresas deveriam cuidar dos cursos a serem oferecidos e determinarem a composição curricular..

Como resultado, o decreto Nº 2.208/ 1997 que estabelece modalidades do ensino técnico e tecnológico e dá autonomia inclusive de consulta aos empregadores na elaboração dos currículos para algumas dessas modalidades, foi revogado pelo decreto nº 5.154/ 2004 que traz no Artigo 2º, item II, a realização do ensino técnico pela “articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia” (BRASIL, 2004). Ainda assim, se pode

---

<sup>58</sup> O sistema S é composto de instituições de interesse de mercado e categorias profissionais associadas. São elas: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), SESC (Serviço Social do Comércio), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), SEST (Serviço Social de Transporte), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

perceber os contornos neoliberais e a ideia de “capital humano<sup>59</sup>” tão conveniente ao estágio recente do capitalismo no Brasil.

O decreto nº 5.154/ 2004 apresenta, ainda como premissa, a promoção das “aptidões para a vida produtiva e social” e para o “o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, 2004). Nesse sentido, a revogação do decreto N° 2.208/ 2007 retomou a educação profissional para a formação de nível médio em caráter integrado, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, por intermédio de matrícula única que possibilita a formação integrada com direito à habilitação técnica de nível médio após a conclusão. A partir de tal determinação legal, os cursos médios de formação geral oferecidos pelos Institutos Federais passam a obrigatoriedade da integração técnica, e é nesse contexto que o ensino de Geografia se insere na complexidade dos cursos técnicos.

Entre o estágio de país subdesenvolvido e a condição de “economia emergente” de acordo com os paradigmas de uma sociedade capitalista, até mesmo integrado. Frigotto (et al 2005) afirma o termo “tecnologia” foi apropriado e aceito como uma concepção “burguesa” de educação, para a qual a adoção da tecnologia e o domínio de sua técnica foram transformados em realidades alheias, distantes, impossíveis. Entretanto, Saviani (2003) aponta que é necessário aprofundar o entendimento de ensino técnico integrado a partir do conceito de politecnia, que pode ser definido como “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. (...) Tem como base princípios, determinados fundamentos que devem ser garantidos”. (2003, p. 140)

---

<sup>59</sup>Segundo Frigotto (1994 p. 385), o conceito de “capital humano” pode ser entendido como “os enfoques economicistas que reduzem a educação a um mero fator de produção”. Nesse sentido podemos abarcar na lógica de formação do “capital humano” a subordinação das escolas técnicas a currículos ditados pelas demandas de mercado, impostas pelo capital privado sobre a educação pública e permitido inclusive pelo decreto federal N° 2.208/ 1997. Frigotto (1994 p. 387) atesta ainda que que essa concepção de educação/formação caminha no sentido da negação da história e da ideologia. Novas roupagens tem sido dadas à essa concepção diante do capitalismo global: a noção de ‘capital humano’ vem sendo redefinida e ressignificada pelas noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências e empregabilidade(Frigotto & Frigotto, 2005).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

De acordo com as reflexões de Saviani (2003) e Frigotto (et al 2005), o ensino técnico integrado retomam efetivamente a função social da escola pública e coloca em cheque o tecnicismo, em primeiro lugar porque não trata apenas da formação profissional pois oferece também a formação de parte da educação básica possibilitando que o aluno tenha perspectivas de formação e aprimoramento científico após a conclusão. Em segundo lugar como uma iniciativa possível e necessária essa modalidade de ensino permite que os estudantes, filhos de uma classe trabalhadora tenham acesso à possibilidade da profissionalização, mas sob uma perspectiva mais unitária no sentido de que a educação adote princípios necessários ao mundo da tecnologia e do trabalho, no caminho de uma escola mais justa e integral. Em terceiro lugar, o ensino integrado como uma nova possibilidade da educação básica traz a vista um grande desafio da educação que é superar a segregação entre a formação geral e a formação para o trabalho, e no mesmo sentido se superar a segregação de classes sociais.

## CONCLUSÕES

A realidade dos cursos integrados por sua novidade, ampliação e complexidade, nos coloca diante da reflexão sobre o movimento do Estado capitalista, no sentido de ampliar suas formas de reprodução. Em face de uma política nacional de expansão do ensino técnico e das repercussões do capitalismo global sobre as diversas esferas da educação, dentre as quais a técnica tem papel estratégico no cenário político-econômico, ficam conforme Frigotto (2004) mais inquietações do que conclusões.

A crítica que aqui se tece é a de que a escola técnica atual, precisa caminhar no sentido de que essa integração do conhecimento impacte socialmente como possibilidade de uma escola que cumpra uma função social, que permita repensar



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

os valores educacionais, e coloca a comunidade escolar diante do desafio da politecnia.

Restam ainda algumas lacunas na construção dos cursos integrados: a duração extensa dos cursos, cuja carga horária é dilatada em função da adoção das bases curriculares técnica, do trabalho e básica; a dificuldade em superar a dualidade do conhecimento; e a perversa e inconsciente separação entre trabalho intelectual e trabalho braçal; a evasão de alunos na direção do ensino superior, alegando o longo período a permanecer nos cursos integrados, que impede os alunos de ingressar o quanto antes na universidade, ou até mesmo nos cursos superiores dos próprios Institutos Federais; a pouca inserção dos estudantes remanescentes dos cursos integrados no mercado de trabalho como técnicos. Tais dilemas devem motivar o pensamento sobre a função social da escola, para ampliar e aprofundar essa nova forma de produção do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005.

CUNHA, Luis Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Brasília: Ed. UNESP; FLACSO, 2000.

FERREIRA JR., Amarílio. *História da Educação Brasileira: da colônia ao século XX*. Coleção UAB – UFSCAR. São Carlos: EdUFSCAR, 2010.

FERRETTI, Celso João. *Empresários, Trabalhadores e Educadores: Diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes*. In LOMBARDI,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luis. (Orgs.) *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 2ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. & FRIGOTTO, G. Delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.) *A Pedagogia da Exclusão*. 12.ed. Petrópolis, 2005.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica de mercado*. (SciELO) Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, publicada em Abril de 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

CIAVATTA, Maria. FRIGOTTO, Gaudêncio. RAMOS, Marise. *A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido*. (SciELO) Revista Educação e Sociedade, vol.26 nº. 92. Campinas: Outubro, 2005.

IFBA. Histórico. Disponível em: <<http://ifba.edu.br>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

IFBA. Institucional: Missão. Disponível em: <<http://ifba.edu.br>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

IFC. Institucional: A história dos institutos federais. Disponível em: <<http://ifc.edu.br>>. Acesso em 20 de Abril de 2013.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).